



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-10 – Informação e Memória

COLEÇÃO “RISCO ORIGINAL” DA EDITORA UFRJ, UM LUGAR DE MEMÓRIA

“ORIGINAL RISK” COLLECTION OF EDITORA UFRJ, A PLACE OF MEMORY

Fernanda Almeida Ribeiro - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Maria Amália Silva Alves de Oliveira - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O presente trabalho trata da produção editorial acadêmica, a partir da análise da contribuição da Editora UFRJ com a publicação da *Coleção Risco Original*. A metodologia aplicada foi a da pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo é contribuir para a construção da memória dessa atividade editorial. Identificamos que a coleção, ao registrar a formulação e implementação de políticas oficiais de patrimônio no Brasil, como um *lugar de memória* e um veículo efetivo da divulgação dos saberes produzidos nas Universidades brasileiras, constitui-se como suporte de informação e um meio de divulgação científica e de patrimônio cultural.

Palavras-chave: memória; patrimônio cultural; Editora UFRJ; Coleção Risco Original.

Abstract: The present work deals with the academic editorial production, from the analysis of the contribution of Editora UFRJ with the publication of the Risk Original Collection. The methodology applied was that of bibliographical and documental research. The objective is to contribute to the construction of the memory of this editorial activity. We identified that the collection, by recording the formulation and implementation of official heritage policies in Brazil, as a place of memory and an effective vehicle for the dissemination of knowledge produced in Brazilian Universities, constitutes an information support and a means of scientific dissemination and cultural heritage.

Keywords: memory; cultural patrimony; Editora UFRJ; Original Risk Collection.

1 INTRODUÇÃO

Com mais de um século de história, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição empenhada na preservação de sua memória e aberta às mudanças na sociedade para executar, com excelência e relevância social, sua função pedagógica, científica e cultural. Para honrar esse compromisso, a Universidade conta com suas unidades e órgãos, cada qual em sua área específica de atuação. Nesse processo, tem sido fundamental a

participação da Editora UFRJ, criada em 1987, para apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão, ações que constituem a finalidade da universidade.

Com mais de 500 títulos no catálogo de publicações, olhamos a Coleção *Risco Original*, sob ponto de vista de Nora (1993, p. 7), um “lugar de memória”. Sendo assim a Coleção, guarda um passado editorial, não só da comunidade universitária, como de autores brasileiros que sejam reconhecidamente importantes para o pensamento social brasileiro, em permanente construção e evolução.

Este trabalho caracteriza-se como um estudo aplicado, de caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa. A metodologia aplicada foi a da pesquisa bibliográfica, documental e estudos das publicações da Coleção *Risco Original*, da Editora UFRJ. Este trabalho está inserido na pesquisa, em desenvolvimento da dissertação de mestrado da autora, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO), em que propomos apresentar uma reflexão sobre o processo de criação e institucionalização da Editora UFRJ, como parte integrante de uma instituição centenária – a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920-2020), utilizando referenciais teóricos das áreas de História da Educação, das Ciências Sociais e da Memória Social e Institucional, e da sua vivência profissional em gestão pública, atuando na Editora UFRJ, desde 1995.

2 A ATIVIDADE EDITORIAL ACADÊMICA

De acordo com Bufrem (2001, p. 21), o papel da editora universitária é “assegurar o fluxo de informação entre a universidade e a sociedade”. A autora descreve a editora universitária como “órgão de instituição de ensino superior responsável pela publicação de textos diversos selecionados previamente por um conselho ou comissão editorial”. (BUFREM, 2001, p. 33).

As editoras universitárias têm objetivos diferentes das editoras comerciais, e por isso podem ser consideradas como projetos culturais, em que, segundo Martins Filho e Rollemberg (2001, p.49) o principal objetivo de uma editora universitária é “a difusão do conhecimento e da cultura produzidos por sua comunidade acadêmica”.

Bufrem (2001, p. 20) afirma que, em geral, os projetos editoriais universitários podem ser caracterizados como culturais, uma vez que pretendem prioritariamente atender às

funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, reforçando, assim o conceito de projeto cultural.

2.1 EDITORA UFRJ, UM PROJETO INSTITUCIONAL

Primeiro Reitor eleito pela comunidade universitária no país, após vinte anos de ditadura civil-militar (NETTO, 2014)¹, Horácio Macedo, cumpriu um papel fundamental na luta pela autonomia universitária e defesa da educação pública de qualidade. Sua gestão (1985-1989) foi marcada por avanços no ensino, na pesquisa e na extensão e pela retomada de um processo de valorização das Ciências Humanas e das Artes, áreas duramente afetadas durante o regime militar.

A gestão iniciada por Horácio Macedo reconheceu a demanda reprimida por publicações na Universidade e assumiu a necessidade de criação de uma editora, com o intuito de disseminar a produção científica, técnica, cultural e artística dos docentes da UFRJ envolvidos com as atividades de pesquisa. A Editora compreenderia como modalidades de publicação² as dissertações de mestrado e teses de doutorado, as memórias, os relatórios técnicos, assim como textos para discussão, artigos, disquetes, livros e conteúdo para os cursos de graduação e pós-graduação.

Em 09 de julho de 1987, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou o anteprojeto de resolução (UFRJ, 1987), assim como seu regimento provisório. Os relatores do CONSUNI Anna Maria de Castro, relatora da Comissão de Ensino e Títulos (CET), e Darcy Fontoura de Almeida, relator da Comissão de Legislação e Normas (CLN), emitiram pareceres favoráveis, em 11 de junho de 1987 e 8 de julho de 1987, respectivamente. Importante destacar, do parecer da professora Anna Maria de Castro, o trecho em que a criação da Editora UFRJ fortalece a divulgação da produção científica e cultural da UFRJ.

[...] É sem dúvida, uma das mais auspiciosas propostas que este Colendo Conselho tem examinado nos últimos tempos. A possibilidade da divulgação apropriada da produção científica e cultural de nossa Universidade é fator

¹ Netto (2014, p. 17) defende essa noção a partir da identificação dos agentes desse processo: “Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe (...) contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país (...).”

² As modalidades de publicação estão descritas no anteprojeto de resolução e sua aprovação indicada através do Ofício nº 235/87/SR-2, Processo S/N UFRJ/SR-2, publicado no Boletim UFRJ nº 31, página 18, de 13 de agosto de 1987.

preponderante para seu desenvolvimento e para difusão do saber. Manter a sociedade informada sobre o que vem sendo realizado dentro da Universidade até para salutar divergência, é dever que não devemos abdicar. [...] justo no momento em que por critérios duvidosos, procura-se “medir” o valor das Universidades Públicas a partir de uma pretensa “produtividade”. Tudo com vistas a mostrar que elas não estariam atendendo às necessidades e anseios da sociedade. [...] (UFRJ, 1987)

Desde a sua criação as publicações da Editora UFRJ estão agrupadas em várias coleções, entre a elas a *Risco Original*, uma coleção destinada a livros sobre patrimônio.

2.2 LUGARES DE MEMÓRIA

Nora (1993), com base na obra de Maurice Halbwachs (1990), destaca que a memória social ou coletiva não pode se confundir com a história. Para o autor, a história começaria onde a memória acaba e a memória acaba quando não há mais suporte em um determinado grupo, ou seja, a memória é sempre vivida, afetiva ou fisicamente.

[...] história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais e a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09).

Nora ao perceber a memória e a história desta forma desenvolveu o conceito de “lugares de memória”, como uma vivência que vai além de um momento histórico e que coloca em discussão a questão da identidade, entendida como situação de existência coletiva que é evidenciada em diversos momentos da história e expressada pelo sentimento de identificação de grupo.

O conceito de “lugares da memória” surgiu no contexto da sociedade francesa, foi exportado para outras nações, e isso aconteceu por tratar-se de uma problemática que é transversal sendo na verdade a “desritualização de nosso mundo” (NORA, 1993, p. 13)

Nora (1993) nos leva à reflexão sobre os “lugares de memória” enquanto uma produção que está longe de ser um produto natural e espontâneo.

3 A EDITORA UFRJ E O SEU PATRIMÔNIO EDITORIAL

Segundo Abreu (2015), os processos de patrimonialização podem ser vistos como um movimento do ocidente moderno, com a criação de agências nacionais e internacionais, com a formação de agentes e de definição de políticas públicas, sendo um campo de muitas disputas. A autora identifica três grandes momentos na trajetória dos processos de

patrimonialização. O primeiro momento, ocorre no período entre o século XIX e às primeiras décadas do século XX, em que os processos de patrimonialização fundamentavam-se na “reconstrução do passado (história) ou na busca e valorização de uma arte nacional” (ABREU, 2015, p. 69). É nesta época que, no Brasil, é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)³. O segundo momento, é marcado pela criação da Unesco, em 1946, organismo dedicado à busca da paz entre as nações após o fim da segunda guerra mundial. O terceiro momento, em 1989, é marcado pelo lançamento da Recomendação da UNESCO de salvaguarda das culturas tradicionais e populares.

A partir dos anos 1980, Abreu (2015) identifica que a discussão sobre o patrimônio imaterial ou intangível tem um especial destaque, e muitos dos estados-membros irão dar início às políticas públicas voltadas à essa modalidade de patrimonialização. Segundo a autora, é a partir do final dessa década, que foi registrado o aumento no número de dissertações de mestrado e teses de doutorado com temas relacionados à patrimonialização, nos programas de pós-graduação na área de ciências humanas - especialmente em antropologia social e história cultural, nos programas interdisciplinares de memória social e, ainda, em programas específicos em torno da memória e patrimônio, em diversos países.

Ao verificar a produção editorial científica e as coleções publicadas pela Editora UFRJ, dos últimos 30 anos, e compreendendo-a como artefato de memória, é possível observar que a Coleção *Risco Original*, se dedicou a analisar as modalidades de invenção discursiva do Brasil, produzidas por intelectuais associados à formulação e à implementação de políticas oficiais de "patrimônio cultural".

A Coleção *Risco Original* inicia-se em 1992, a partir da proposta de publicação de Lauro Cavalcanti (1993), arquiteto, recém doutor em antropologia social pelo Museu Nacional da UFRJ e, na ocasião, diretor do Paço Imperial.

Em 1993, é lançado o primeiro livro da Coleção intitulado *Modernistas na repartição*, produzido em coedição com o Ministério da Cultura - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Minc-Iphan). Tratava-se de uma reunião de ensaios de expoentes do movimento modernista sobre a política do Sphan, no período de Gustavo Capanema. Textos de Rodrigo Mello Franco, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond

³ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) é criado por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em 22.jun.2021

de Andrade, entre outros modernistas da repartição que fizeram parte da “academia Sphan” e atuaram na elaboração da política cultural oficial, na realização de inventários, estudos e pesquisa, e orientaram a seleção dos bens constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional. Os modernistas utilizaram a estrutura institucional, sob a tutela do Estado, para legitimar a visão modernista da arte e do patrimônio nacional.

O Conselho Editorial da Editora UFRJ, à época presidido por sua diretora Heloisa Buarque de Hollanda, e composto pelos professores e pesquisadores Darcy Fontoura de Almeida, Gerd Bornheim, Gilberto Velho, Giulio Massarani, José Murilo de Carvalho, Margarida de Souza Neves e Silvano Santiago, perceberam a importância do material apresentado e a necessidade de divulgação desse conhecimento. Assim, o conselho propôs ao Iphan, uma parceria na publicação de alguns livros sobre patrimônio que constituiriam a Coleção *Risco Original*, e em pouco tempo se tornaria uma referência nas discussões para os estudiosos do patrimônio.

Em 1996, a Editora UFRJ publicaria *A Retórica da Perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, do Professor José Reginaldo Gonçalves (1996), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). José Reginaldo, identifica e interpreta o discurso dos idealizadores do patrimônio brasileiro como intelectuais que têm suas concepções de identidade e memória e, durante o processo de construção do patrimônio cultural brasileiro, traduziram a imagem de nação. O autor se dedica a desenvolver conceitualmente o patrimônio cultural, e expõe as questões principais que norteiam o livro como, por exemplo, a questão sobre a autoridade para definir o que é ou não é patrimônio cultural brasileiro, sua preservação. Além disso, Gonçalves (1996) apresenta como, e de que forma, essa autoridade é culturalmente constituída. A obra apresenta os intelectuais Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães como responsáveis pela constituição do patrimônio cultural que representaram e identificaram a nação brasileira.

Ainda em 1996, a Editora UFRJ lança o livro *Restauração, ciência e arte* organizado pelos professores Marilka Mendes, da Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ, e uma das fundadoras da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), e Antônio Carlos Nunes Baptista, pesquisador da Biblioteca Nacional. A publicação conta com a participação dos professores do programa de pós-graduação *lato sensu* em Conservação de Bens Culturais Móveis da EBA-UFRJ. O livro é uma contribuição, uma

proposta didática, de profissionais de diversas áreas ligadas à conservação e à restauração, como historiadores, químicos, engenheiros e biólogos, além da tradução de trabalhos de dois profissionais considerados especialistas na área.

Em 1997, a Coleção *Risco Original* atrairia a atenção de Maria Cecília Londres, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, então pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural, diretora de projetos da Fundação Nacional Pró-Memória e assessora do Ministério da Cultura (1995-1998). Londres apresentou à Editora UFRJ a produção intitulada *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. A obra se apresenta em duas partes. A autora discute, na primeira parte, o conceito de patrimônio e a trajetória ao longo da história ocidental, e reconstitui o seu percurso durante o século XX. Na segunda parte, dividida em três capítulos, Londres dispõe sobre a criação do Sphan e como o órgão trabalhou, ao longo dos anos, seguindo a mesma periodização de proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil.

Dando continuidade à coleção, ainda no ano de 1997, a Editora UFRJ recebe de Sandra Alvim, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ, um conjunto de livros sobre a arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro. A produção de Alvim é fruto de suas pesquisas, sobre a arquitetura civil e religiosa no Brasil no período colonial, com forte destaque na importância de um novo olhar para a arquitetura religiosa trazido pelo seu trabalho.

No Brasil, estamos acostumados a reverenciar o barroco mineiro, enquanto ninguém nota o tesouro arquitetônico que existe no Rio de Janeiro. Isso acontece porque as igrejas mineiras, na maioria das vezes, estão isoladas num morro ou encaixadas em cidades que conservam suas características, como Ouro Preto ou Diamantina. Aqui no Rio, as igrejas estão inseridas num contexto urbano heterogêneo, sempre num cenário descaracterizado por arranha-céus e construções dos mais diferentes estilos, o que faz com que as pessoas não tenham como perceber o exato papel destas construções na História e na evolução social da Cidade. (NORONHA, 1991, p. 12)

A Editora UFRJ publicou três volumes de sua obra⁴ (Tabela 1) em que aspectos relacionados aos materiais, à natureza e às igrejas são abordados.

⁴ Nota da autora: originalmente seriam oito volumes, entretanto com o falecimento da Profa. Sandra Alvim, a Editora UFRJ apenas recebeu os três volumes publicados.

Tabela 1: Descrição dos volumes da obra Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro

Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro	
volume 1	Revestimentos, retábulos e tábuas, em 1997, desenvolve um processo teórico, uma metodologia de análise da arte e da arquitetura. Era comum no Brasil trabalhos nos quais há apenas o registro fotográfico, bonitos desenhos e até mesmo bons históricos.
volume 2	<i>Plantas, fachadas e volumes</i> , Alvim (1999), é voltado para os principais elementos de composição do espaço: as superfícies, a volumetria e a iluminação natural. A ênfase do trabalho se concentra na forma e em sua constituição, procurando-se, assim, oferecer ao leitor um sistema de análise que o auxilie na identificação dos conjuntos e não apenas dos elementos.
volume 3	<i>As três fases</i> , com apoio da FAPERJ foi publicado em 2014. Neste livro, a autora discorre sobre as igrejas construídas na segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. O período se destaca com a atuação dos comerciantes e suas relações com as confrarias, que com mais recursos financeiros produziram igrejas bem maiores e com técnica mais especializada, com elementos neoclássicos que precedem a chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil.

Fonte: elaborado pela autora

Em 2001, Marilka Mendes e Antônio Carlos Nunes Baptista, em parceria com as professoras Luciana da Silveira e Fátima Bevilaqua, trazem para a *Coleção Risco Original* a obra intitulada *Conservação: conceitos e práticas*, concebida com o objetivo de contribuir para a criação de uma nova mentalidade voltada para a conservação dos bens culturais no Brasil. A produção reúne a contribuição de vários especialistas que abordam conceitos e procedimentos, além de oferecerem conhecimentos úteis à conservação de artefatos aplicáveis a qualquer tipo de acervo. Neste mesmo ano, foi reeditado o livro *Formação de cidades no Brasil colonial*, do renomado arquiteto Paulo Ferreira Santos, publicado originalmente em 1968. Nesta obra, uma minuciosa análise do traçado urbano brasileiro é apresentado e comparado com as cidades e colônias portuguesas.

Em 2009, a Editora UFRJ publica o livro *Os Arquitetos da Memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, de Márcia Regina Romero Chuva (2009), professora do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), concluindo assim a *Coleção Risco Original*. A obra foi de fundamental importância para compreender o momento fundador das práticas de preservação no País. A autora aborda, entre outros aspectos, a relação dos intelectuais com o Estado, o tombamento como forma de "invenção" do patrimônio e de uma identidade nacional, assim como, a assimilação dos valores do patrimônio como valores comuns ao conjunto da sociedade.

Todos os livros publicados pela Editora UFRJ, na Coleção *Risco Original*, fazem parte da bibliografia utilizada em diversos cursos de graduação e pós-graduação do país, nas mais diferentes áreas de conhecimento, da arquitetura à antropologia, e podem ser considerados uma grande contribuição ao patrimônio nacional relacionados à memória coletiva. Assim como os objetos históricos e as obras de artes são evidências de etapas do desenvolvimento das atividades dos seres humanos, os livros também podem ser considerados como tal, e não apenas para o estudo da história do livro. Dessa forma, e segundo Nora (1993, p. 7), passamos a enxergar a Coleção *Risco Original* também como um “lugar de memória”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que tanto os livros da Coleção *Risco Original*, como a Editora UFRJ, registraram a atividade editorial de uma época importante para o Brasil, que viraram vestígios de memória.

A “memória coletiva” (HALBWACHS, 1990) deve ser analisada considerando os contextos sociais que atuam como suporte para o trabalho de construção dessa memória. O processo de construção da memória coletiva, de uma coleção de livros - de toda a sua elaboração, das pesquisas e do conhecimento sobre a área só foi possível, na UFRJ, dentro do contexto democrático, em que a pesquisa acadêmica na área de Ciências Humanas e Artes foram valorizadas, como buscamos destacar. É após a ditadura civil-militar, no processo de transição democrática brasileira, que a UFRJ elege seu reitor de forma direta, com a participação da comunidade universitária, e que a editora universitária se torna uma realidade.

A Editora UFRJ ao editar, a partir de 1993, a Coleção *Risco Original*, deu o tratamento necessário às pesquisas desenvolvidas nas Universidades Brasileiras, cumprindo dessa forma seu papel social na construção da memória coletiva nacional. A Coleção *Risco Original*, além de se constituir como um suporte de informação, um meio de divulgação científica e de patrimônio cultural, e a Editora UFRJ, enquanto unidade institucional, ocupam o espaço de “lugares de memória”, assim como Nora (1993) identifica as bibliotecas, os arquivos, os documentos e os monumentos, os museus. É a memória enraizada “no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993) identificadas na Editora UFRJ, nas suas coleções, em especial na Coleção *Risco Original*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil**. In: Memória e novos patrimônios. Nouvelle édition [en ligne]. Marseille: OpenEdition Press, 2015 (généré le 12 février 2015).
- ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro vol.1**: Revestimentos, Retábulos e Talhas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro vol.2**: Plantas, Fachadas e Volumes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro vol.3**: As Três Fases. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil**: uma crítica para a reformulação da prática. São Paulo: EDUSP; Com-Arte; Curitiba: Editora da Universidade/UFPR, 2001.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- CHUVA, Marcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GONÇALVES, José. Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- MARTINS FILHO, P. e ROLLEMBERG, M. **Edusp** – Um Projeto Editorial. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- MENDES, Marylka; BAPTISTA, Antonio Carlos Nunes. **Restauração, Ciência e Arte**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- MENDES, Marylka; SILVEIRA, Luciana da; CONTURSI, Fátima Bevilaqua; BAPTISTA, Antonio Carlos Nunes. **Conservação**: conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khouri. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- NORONHA, Luiz. Um tesouro arquitetônico. **O GLOBO**, de 10 de março de 1991, Matutina, Segundo Caderno, p. 12.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

UFRJ. Ofício nº 235/87/SR-2 - Processo S/N UFRJ/SR-2. **Boletim UFRJ**, n. 31, p. 18, 13 ago. 1987.